

As funções educativas dos parlamentos digitais: um estudo piloto comparativo das experiências de educação política dos parlamentos brasileiro e europeu

Edson Gil Santos Júnior²²

Sérgio Soares Braga²³

Palavras-chave: Funções educativas do Parlamento; Parlamentos digitais; Democracia digital; Websites parlamentares; Educação para a cidadania.

1 Introdução

Nos últimos anos, em função do contexto de “crise das democracias” e de perda de confiança nas instituições parlamentares, têm sido frequentes os estudos sobre as funções dos parlamentos em geral, e dos parlamentos digitais em particular (BRUM; LESTON-BANDEIRA, 2016; LESTON-BANDEIRA; THOMPSON, 2013). Um dos principais temas de análise tem sido os programas educativos dos parlamentos, na medida em que se admite que os parlamentos digitais têm um importante papel na difusão de valores cívicos e no esclarecimento da

22 Doutorando em ciência política na Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: edsongiljr@ufpr.br

23 Doutor em desenvolvimento econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. Bolsista de produtividade em pesquisa PQ2 do CNPq. E-mail: sssbraga@gmail.com

população em geral sobre o funcionamento das instituições representativas. Com efeito, em seu último relatório sobre a situação dos parlamentos digitais, a União Interparlamentar destaca o papel educativo como uma das mais destacadas funções ou atividades desempenhadas pelos parlamentos digitais pelo mundo afora, colocando-o com uma das principais modalidades de promoção do engajamento do público com os órgãos legislativos, juntamente com a “informação”, “comunicação”, “consultas à população” e “participação”. Essa importância conferida às funções educativas dos e-parlamentos está incorporada à própria definição de engajamento público, formulada pelo documento. No glossário constante no relatório, se define *public engagement* como “the various ways in which the community is involved in an activity, process or decision, including through information, education, communication, consultation and participation” (IPU, 2022, p. 8).

Outros estudos recentes também sublinham a importância das funções educativas dos parlamentos digitais e dos programas educativos desenvolvidos pelas Casas parlamentares para o fortalecimento da legitimidade das instituições representativas. A estabilidade e a própria qualidade da democracia estão diretamente ligadas à confiança do povo em tais instituições, que podem ser dinamizadas, dentre outros fatores, por intermédio do desempenho de suas funções educativas (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2015, p. 189).

No tocante aos parlamentos digitais, podemos mencionar três grandes vertentes de estudo sobre as funções educativas por eles desempenhadas, bem como sobre os programas a eles associados: a) estudos sobre os impactos das ferramentas educativas digitais no público-alvo, como, por exemplo, os programas de Parlamento Jovem, Escolas do Legislativo, programas de ensino a distância, entre outros (FUKS; CASALLECHI, 2012); b) estudos quantitativos que buscam

elaborar índices e indicadores sobre as funções educativas desempenhadas pelos parlamentos digitais (BERNARDES; BANDEIRA, 2016; BRAGA; MITOZO; TADRA, 2016); c) estudos de caso de experiências singulares de implementação de programas educacionais pelos parlamentos, enfatizando a percepção do corpo de funcionários, parlamentares e outros atores envolvidos em tais experiências (COSSON, 2018; MOTTA; BARROS, 2020).

O presente estudo exploratório pretende preencher uma lacuna no campo de estudos sobre as funções educativas dos parlamentos digitais, bem como na implementação de programas educativos por estas instituições, que é da análise comparativa e em profundidade de um corpo limitado de experiências, contrastando as experiências brasileiras com outras existentes ao redor do mundo, especialmente daqueles parlamentos digitais que mais avançaram no desenvolvimento de ferramentas educativas. Assim, o foco de nosso estudo são os programas educativos desenvolvidos pelos parlamentos digitais, abrangendo programas de formação política voltados ao público mais amplo e também aos funcionários da Casa. Para concretizar tal proposta, analisamos de forma comparada as experiências de educação política desenvolvidas por cinco parlamentos digitais: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal do Brasil; a *House of Representatives* do Reino Unido; o Parlamento europeu; e a Assembleia da República de Portugal. A escolha desses cinco parlamentos digitais deve-se à excelência de programas de digitalização das atividades parlamentares desses órgãos, destacada em vários estudos sobre a temática, bem como ao trabalho de campo e ao acesso aos funcionários que tivemos, no caso da Assembleia portuguesa, durante a feitura da pesquisa que resultou neste trabalho.

2 Referencial teórico-metodológico

Neste artigo, apresentaremos resultados parciais da primeira dimensão de nossa análise, ou seja, uma análise de cunho quantitativo sobre as formas como são apresentados os programas de educação política nos websites dos parlamentos selecionados. Nos inspirando em estudos anteriores de natureza análoga ou semelhante (BRAGA, 2007; LESTON-BANDEIRA, 2009; BRAGA, MITOZO; TADRA, 2016; BRUM; BANDEIRA, 2016), procuraremos efetuar uma análise de cunho quantitativo das diferentes experiências com o intuito de promoção do engajamento através de programas de educação política nas plataformas digitais dos parlamentos examinados. O objetivo deste estudo é estabelecer alguns parâmetros mais gerais de comparação e avaliação entre os programas e construir indicadores objetivos, na forma de “índices”, que nos permitam quantificar e mensurar os diferentes recursos utilizados pelas plataformas digitais para promover o engajamento dos cidadãos nesses programas, bem como divulgar suas atividades.

Procuraremos efetuar nossa análise quantitativa analisando os programas de educação política (PEPs) empreendidos pelos portais parlamentares, examinando as seguintes dimensões: 1) informações básicas ao cidadão sobre a estrutura do parlamento; 2) conteúdos produzidos para públicos específicos; 3) formatos de mídia utilizados; 4) ferramentas de conhecimento avançado; 5) conteúdo educativo em espaço noticioso; e 6) promoção do engajamento através de mídias digitais.

Neste estudo-piloto, apresentaremos apenas dados referentes à primeira dimensão de nossa pesquisa, ou seja, aos programas educativos de uma maneira geral, não abrangendo os programas de simulação do trabalho parlamentar, tais como Parlamento Jovem e outros,

que também são abrangidos pela investigação. Além disso, por questões de espaço, não inseriremos os gráficos, mas apenas indicaremos os índices obtidos por cada parlamento.

Como forma de mensuração, define-se que, caso o recurso exista, será codificado como 1 e, caso contrário, será codificado como 0. Aos moldes dos estudos já citados, permite-se a criação de um índice para cada categoria encontrada nas ferramentas educativas existentes dos sites dos parlamentos, de modo a possibilitar as comparações entre variáveis. Portanto, cada índice será a média das variáveis binárias e, quanto mais próximo de 0, mais baixo será o índice; quanto mais próximo de 1, mais alto será o índice.

3 Resultados: mensurando as experiências educativas

Para a obtenção do índice nos sites dos parlamentos, iniciamos as buscas a partir da *home pages* dos websites, reconhecendo essas plataformas com sendo ainda centrais na divulgação dos trabalhos parlamentares (IPU, 2022). A análise de conteúdo dos sites foi feita diversas vezes ao longo da pesquisa, efetuando-se uma derradeira checagem e atualização em maio de 2022.

Na categoria que mapeia a *disponibilização de informações básicas*, foram elencadas 10 subcategorias, sendo elas: 1) Poder Legislativo; 2) história do parlamento; 3) visita virtual online; 4) papel da Casa Legislativa; 5) como elaborar leis; 6) funções dos parlamentares; 7) processo legislativo; 8) funções das comissões da Casa; 9) perfil dos deputados; e 10) outros temas de interesse da sociedade. Por se tratar de noções básicas sobre o parlamento e temas discutidos por ele, a maioria dos itens foram encontrados. O Parlamento europeu (PE), a Assembleia da República (AR) e o Senado Federal (SF) obtiveram o

índice de 0,88. Já a Câmara dos Deputados (CD) brasileira e o Parlamento do Reino Unido (PRU) preencheram todos os quesitos.

A segunda categoria apresenta *conteúdos para públicos específicos* e traz 7 subcategorias, sendo elas formatos específicos para: 11) crianças; 12) adolescentes; 13) universitários; 14) professores; 15) instituições e sociedade civil organizada; 16) servidores públicos; e 17) indicação de faixa etária. O SF, o PE e AR não contemplam 4 dos 7 itens, obtendo um índice de 0,43. Novamente, a CD e o PRU apresentam bons resultados, com a instituição brasileira com um índice de 0,86, não cumprindo por completo apenas o requisito “indicação de faixa etária”, pois, mesmo contendo em alguns conteúdos como no Plenarinho, não são em todos os produtos educativos do site. Já o PRU cumpre com todos os requisitos elencados.

A terceira categoria efetua um levantamento sobre os *formatos de mídia* em que os conteúdos educativos estão disponíveis. As subcategorias contam com: 18) texto; 19) vídeo; 20) animações; 21) jogos; 22) atividades lúdicas; 23) histórias em quadrinhos; 24) *lives* de debates ou educativas; 25) *podcasts*/áudio. O site do SF é o que menos apresenta variedade de formatos de mídia, atendendo apenas texto, vídeo, jogos e *lives*. Em virtude disso, obteve o índice de 0,50 e demonstrou que seu conteúdo não visa atender crianças, mas sim jovens e adultos. O PE atendeu 63% dos requisitos, enquanto a AR obteve o índice de 0,75 e o PRU, por não contar com conteúdos em formato de áudio, chegou em 0,88, sendo a CD a única a contemplar todos os requisitos elencados.

As *ferramentas de conhecimento avançado* compõem a quarta categoria e apresentam como subcategorias: 26) cursos avançados com tutoria; 27) cursos sem tutoria ou autoinstrucionais; 28) certificação; 29) cursos de pós-graduação; e 30) parcerias com universidades e/ou bolsas de estudo. Novamente, a CD se destacou e, junto com o SF,

cumpriram com todos os itens. Em ambos os casos, tanto o Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor/CD) como o Interlegis do Senado Federal trabalham na produção de conteúdo para cursos intermediários e avançados em pós-graduações, incluindo, no caso do Cefor, um curso de mestrado profissional. No caso do PE, não foi encontrado nada que se relacionasse com cursos mais aprofundados sobre o tema ou realizado pela instituição, gerando um índice de valor 0, e o mesmo se aplicou para a AR. Mesmo o PRU, considerando os itens apresentados em sua página, alcançou o índice 0,60.

Na quinta categoria, denominada como *conteúdo educativo em espaço noticioso*, se entende a informação jornalística como ferramenta educativa, não apenas pela disponibilização da informação, mas pelo tratamento da notícia de modo a ser compreendida pelo maior número de pessoas. Como subcategorias de análise, foram elencados: 31) portal de notícias; 32) ferramentas de combate a *fake news*; 33) transmissões ao vivo de sessões; 34) *newsletter* educativo; e 35) um canal próprio da Casa Legislativa online, com a disponibilização de conteúdos educativos. Nesse aspecto, o PRU cumpre com todos os quesitos, obtendo o índice máximo. Seguido pela CD e pelo SF com índices de 0,80, enquanto o PE e AR alcançaram 0,60. Tanto o PE quanto a AR não contam com ferramentas de combate a *fake news* e, exceto o PRU, nenhum dos demais sites contam com um *newsletter* educativo.

Na última categoria, avaliou-se a presença das *instituições nas redes sociais digitais*. A pesquisa, além da checagem no site através dos *links* disponibilizados, ainda testou outras redes sociais, considerando a falta de atualização no site da inserção de *links*. Dessa forma, as subcategorias ficaram elencadas em: 36) Facebook; 37) Instagram; 38) YouTube; 39) Tik Tok; 40) Twitter; 41) LinkedIn; e 42) outras. Neste quesito, o PE se destacou, ultrapassando as redes sociais elencadas e contando com outras informadas em sua página na internet.

A CD e o SF empataram com um índice de 0,86, se limitando nas plataformas elencadas para formação desse índice, mas não contando com nenhuma outra, por isso, não contemplando a subcategoria 42. Enquanto a AR e o PRU, entre as propostas na pesquisa, não contavam também com o Tik Tok, obtendo um índice de 0,71.

Desta forma, considerando os 42 itens das 6 categorias propostas, a CD ficou com o melhor índice, com 0,92, seguida pelo PRU, com 0,86, vindo logo após o SF, com 0,74, e quase empatados o PE e a AR, com 0,59 e 0,56 respectivamente.

4 Conclusão

Este trabalho conclui que as ferramentas educativas dos parlamentos cumprem com variado grau de intensidade o papel de disponibilizar conteúdos que possibilitem o conhecimento não apenas do parlamento, mas também que levam cidadania para a população, por meio de um letramento político (COSSON, 2018). Destaca-se a Câmara dos Deputados brasileira que, entre os quesitos analisados, alcançou o melhor índice, por apresentar uma quantidade expressiva de conteúdos, em formatos variados, atendendo diversos públicos, em níveis básico, intermediário e avançado de informação legislativa, ultrapassando, inclusive, o site do Reino Unido, que foi utilizado como referência inicial para a presente pesquisa. Já o Senado Federal, que também apresenta um portfólio considerável de conteúdo, não é tão abrangente quanto a Câmara dos Deputados brasileira. No entanto, através do índice, supera a Assembleia da República portuguesa e o Parlamento europeu, respeitadas as características de cada parlamento.

Em versões mais amplas deste estudo-piloto, procuraremos detalhar e apresentar mais evidências sistemáticas coletadas nas várias etapas do presente estudo.

Referências

- BARROS, A. T., BERNARDES, C. B. & RODRIGUES, M. R. O Parlamento brasileiro e as novas mídias: balanço da experiência recente da Câmara dos Deputados. In: A. Sathler & R. Braga (orgs.). **Legislativo Pós-1988: reflexões e perspectivas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, pp. 183-221, 2015.
- BERNARDES, C. B., & BANDEIRA, C. L. Information vs Engagement in parliamentary websites—a case study of Brazil and the UK. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 59, p. 91-107, 2016.
- BRAGA, Sérgio S.; MITOZO, Isabele B.; TADRA, Júlia. As funções educativas dos e-parlamentos: uma análise longitudinal do caso brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, 46 (162), 2016, p. 1192-1215.
- COSSON, R. **Letramento político: a perspectiva do legislativo no estudo do Programa Estágio-Visita da Câmara dos Deputados** – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.
- FUKS, & CASALECCHI, G. Trust and political information: Attitudinal change among participants in: **Youth Parliament in Brazil**. *Brazilian Political Science Review*, 6 (1), p. 70-88, 2012.
- INTER-PARLIAMENTARY UNION; WILLIAMSON, Andy. *World e-Parliament Report 2022*. [S. l.: s. n.].
- LESTON-BANDEIRA, C. Parliamentary functions portrayed on european parliaments' websites. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 13-27, out. 2009.
- LESTON-BANDEIRA, C. THOMPSON, L. Mind the Gap: Using UK Parliamentary Sources to Enhance Teaching. **The Journal of Legislative Studies**, 19:3, p. 410-421, 2013.

LESTON-BANDEIRA, C. The Pursuit of Legitimacy as a Key Driver for Public Engagement: The European Parliament Case. **Parliamentary Affairs**, v. 67, Issue 2, April 2014, p. 415-436.

MOTA, R. C; BARROS, A. T. **Olhares sobre a educação para a democracia**: a visão dos educadores que atuam no Congresso Nacional. Pro-Posições, Campinas, SP. V. 31, 2020.